



SUMARIO

ALADI/CR/Ata 323
Sumário
4 de dezembro de 1990

RESERVADO

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.184).

APROVA-SE.

- 1) Representação do Uruguai. Término de funções do Secretário Luis Bermúdez Alvarez.
- 2) Representação da Venezuela. Designação da Licenciada María Eugenia Pérez Godoy como Assessor.
- 3) Representação da Argentina. Vigência do Acordo de alcance parcial sobre Transporte Internacional Terrestre.

(Comunica que mediante ato administrativo sancionado pela Resolução no. 263/90, de 15 de novembro passado, foi posto em vigor o mencionado instrumento).

- 4) Representação da Venezuela. "Declaração de São Cristóvão", subscrita pelos Presidentes Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, e César Gaviria, da Colômbia (São Cristóvão, Táchira, Venezuela, 11 de novembro de 1990).

ALADI/CR/di 261.

(Envia, em anexo, o mencionado texto).

- 5) Representação do Paraguai. Acordo Regional no. 4, Segundo Protocolo Modificativo. (Envia lista que contém 1.922 posições NALADI que elimina de sua lista de exceções).

- 6) Representação da Argentina. Emissão de certificados de origem com de feito.

ALADI/CR/di 264.

(Solicita que na emissão de certificados de origem que acompanham a documentação de mercadorias amparadas em preferências sejam levadas em conta as normas existentes a esse respeito).

- 7) Representação do Peru. Contribuição para o orçamento da Associação.

(Envia, em anexo, cheque pela quantia de US\$ 139.118,56, do Banco de la Nación da República do Peru, correspondente ao pagamento da contribuição do ano de 1987 e de parte do ano de 1988).

- 8) Representação da Argentina. Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 11.

(Comunica que em 29 de novembro de 1990 subscreveu com a República da Colômbia o mencionado instrumento, cujo texto está depositado na Secretaria-Geral).

- 9) Representação da Colômbia. Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 11.

(Comunica que em 29 de novembro deste ano subscreveu com a República Argentina o mencionado instrumento, cujo texto está depositado na Secretaria-Geral).

- 10) Relatório do grupo de trabalho ao Comitê sobre o relatório final da primeira reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (ALADI/CR/dt 80).

- 11) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 31/X/90 (ALADI/SEC/dt 4.116).

//

//

12) Estado de disponibilidade. Movimen-
tos de fundos com parecer dos audi-
tores e informação complementar em
30/IX/90.

3. Consideração das atas correspondentes
às 306a., 310a., 311a. e 317a. ses-
sões.

APROVAM-SE.

4. Terceiro Comitê Intergovernamental da
Hidrovia Paraguai-Paraná.

A Secretaria informa sobre o desen-
volvimento e ações que surgiram da
reunião, realizada em Rosario de
21 até 23 de novembro corrente. Ou-
trossim, apresentará um relatório
escrito que servirá de base para
uma próxima reunião entre os cinco
países que conformam a Hidrovia e
a Secretaria-Geral.

5. Programa de trabalhos da Associação pa-
ra os próximos meses.

6. Outros assuntos.

sp



APROVADA
NA 341.ª Sessão

ALADI/CR/Ata 323
4 de dezembro de 1990
Hora: 10h 10m às 11h 20m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.184).
 - 1) Representação do Uruguai. Término de funções do Secretário Luis Bermúdez Alvarez.
 - 2) Representação da Venezuela. Designação da Licenciada María Eugenia Pérez Godoy como Assessor.
 - 3) Representação da Argentina. Vigência do Acordo de alcance parcial sobre Transporte Internacional Terrestre.
 - 4) Representação da Venezuela. "Declaração de São Cristóvão", subscrita pelos Presidentes Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, e César Gaviria, da Colômbia (São Cristóvão, Táchira, Venezuela, 11 de novembro de 1990) (ALADI/CR/di 261).
 - 5) Representação do Paraguai. Acordo Regional no. 4, Segundo Protocolo Modificativo.
 - 6) Representação da Argentina. Emissão de certificados de origem com defeito (ALADI/CR/di 264).
 - 7) Representação do Peru. Contribuição para o orçamento da Associação.

//

- 8) Representação da Argentina. Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 11.
 - 9) Representação da Colômbia. Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 11.
 - 10) Relatório do grupo de trabalho ao Comitê sobre o relatório final da primeira reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (ALADI/CR/dt 80).
 - 11) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 31/X/90 (ALADI/SEC/dt 4.116).
 - 12) Estado de disponibilidade. Movimento de fundos com parecer dos auditores e informação complementar em 30/IX/90.
3. Consideração das atas correspondentes às 306a., 310a., 311a. e 317a, sessões.
 4. Terceiro Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.
 5. Programa de trabalhos da Associação para os próximos meses.
 6. Outros assuntos.
-

//

Preside:

RUBENS ANTONIO BARBOSA

Assistem: María Esther Bondanza (Argentina); René Mariaca Valdez (Bolívia); Rubens Antonio Barbosa, Paulo Roberto de Almeida, Paulo César Camargo, Bruno de Risios Bath e Carlos Alberto Michaelsen den Hartog (Brasil); Manuel Valencia Astorga e Rodrigo Quiroga Cruz (Chile); Fernando Ribadeneira (Equador); José Pedro Pereyra Hernández (México); Herminia Margarita Genes de Aranda e Gustavo López Bello (Paraguai); Roger Eloy Loayza e José Carlos Dávila Pessagno (Peru); Néstor Cosentino, José Roberto Muineló, Germaine Barreto Amundarain e Ricardo Duarte Vargas (Uruguai); Gerardo Arellano e Pedro Elías Revollo Salazar (Venezuela).

Secretário-Geral: Jorge Luis Ordóñez Gómez.

Subsecretário: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Secretaria: Mario Vacchino, Pedro Reyes, Leonardo Mejía e Claudia Llantada.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.184).

SECRETARIO-GERAL. No documento mencionado, Senhor Presidente, constam as notas e os documentos aos quais corresponde dar entrada.

1) Representação do Uruguai. Término de funções do Secretário Luis Bermúdez Alvarez.

"No. 389/90. Montevideu, em 20 de novembro de 1990. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar-lhe o término de funções do Secretário desta Representação, Senhor Luis Bermúdez Alvarez, por ter sido designado Encarregado da Seção Consular da Embaixada do Uruguai no Egito e Cônsul de Distrito na cidade do Cairo (Resolução do Poder Executivo no. 457, de 18 de setembro de 1990).

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais distinta consideração. (a) Néstor Cosentino, Embaixador, Representante Permanente da República Oriental do Uruguai junto à ALADI."

2) Representação da Venezuela. Designação da Licenciada María Eugenia Pérez Godoy como Assessor.

"No. 248. Montevideu, em 19 de novembro de 1990. A Secretaria-Geral da ALADI. Nesta.

A Representação Permanente da Venezuela junto à Associação Latino-Americana de Integração saúda mui atenciosamente a Secretaria-Geral e lhe comunica e, por seu intermédio, às demais Representações a designação, por parte desta Missão, da Licenciada María Eugenia Pérez Godoy como Assessor desta Representação no Comitê de Representantes.

A Representação Permanente da Venezuela junto à Associação Latino-Americana de Integração aproveita a oportunidade para renovar à Secretaria-Geral os protestos de sua mais alta e distinta consideração."

3) Representação da Argentina. Vigência do Acordo de alcance parcial sobre Transporte Internacional Terrestre.

"No. 166/90. Montevideu, em 28 de novembro de 1990. A Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração. Nesta.

A Representação da República Argentina junto à Associação Latino-Americana de Integração saúda atenciosamente a Secretaria-Geral e tem o prazer de comunicar-lhe que em 15 de novembro de 1990, através da Resolução no. 263/90 da Subsecretaria de Transportes da Nação, órgão administrativo competente, foi ditado o Ato administrativo necessário para pôr em vigor o Acordo de alcance parcial sobre Transporte Internacional Terrestre dos países do Cone Sul.

A Representação da República Argentina junto à Associação Latino-Americana de Integração renova à Secretaria-Geral os protestos de sua mais alta e distinta consideração."

4) Representação da Venezuela. "Declaração de São Cristóvão", subscrita pelos Presidentes Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, e César Gaviria, da Colômbia (São Cristóvão, Táchira, Venezuela, 11 de novembro de 1990 (ALADI/CR/di 261).

"No. 247. Montevideu, em 19 de novembro de 1990. A Secretaria-Geral da ALADI. Nesta.

A Representação Permanente da Venezuela junto à Associação Latino-Americana de Integração saúda mui atenciosamente a Secretaria-Geral e lhe informa tudo o relacionado com a reunião realizada na cidade de São

//

357

Cristóvão, capital do Estado de Táchira, Venezuela, em 11 de novembro de 1990, da qual surge a "Declaração de São Cristóvão", subscrita pelos Presidentes Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, e César Gaviria Trujillo, da Colômbia, cuja declaração, estudos e acordos principais enviamos em anexo.

A Representação Permanente da Venezuela junto à Associação Latino-Americana de Integração aproveita a oportunidade para renovar à Secretaria-Geral os protestos de sua mais alta e distinta consideração."

5) Representação do Paraguai. Acordo Regional no. 4, Segundo Protocolo Modificativo.

"No. 4/167/90. Montevideú, em 20 de novembro de 1990. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez, Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a respeito do Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Regional no. 4, referente à preferência tarifária regional.

Nesse sentido, com o propósito de dar cumprimento ao estabelecido por esse Protocolo Modificativo, enviamos em anexo a lista que contém as 1922 posições NALADI que o Paraguai elimina de sua lista de exceções.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) Doutor Antonio Félix López Acosta, Embaixador."

6) Representação da Argentina. Emissão de certificados de origem com defeito (ALADI/CR/di 264).

"No. 167/90. Montevideú, em 28 de novembro de 1990. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez, Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência e, por seu intermédio, às demais Representações Permanentes acreditadas nesse Comitê para informar que a Administração Nacional de Alfândegas da República Argentina, bem como a Direção Nacional de Negociações Econômicas e Comerciais da Subsecretaria da Indústria e Comércio, observaram que alguns países-membros acompanham, na documentação das mercadorias que ingressam com preferências, certificados de origem deficientemente elaborados.

Por esse motivo desejaria, por seu intermédio, solicitar aos países-membros que, ao emitirem os organismos autorizados os certificados de origem, levem em conta as normas que a esse respeito estabelecem a ALADI/CR/Resolução 78, o documento ALADI/CR/Acordo 91 e o documento ALADI/CR/Acordo 25.

//

Na certeza de que este pedido será justamente avaliado pelos países-membros, pois com isto se tenta não obstaculizar a comercialização de produtos negociados, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) María Esther T. Bondanza, Ministro Plenipotenciário, Representante Alterno, Encarregado de Negócios a.i."

7) Representação do Peru. Contribuição para o orçamento da Associação.

"No. 7-5-Z/86. Montevideú, em 3 de dezembro de 1990. A Honorável Secretaria-Geral da ALADI. Nesta.

A Representação Permanente do Peru junto à Associação Latino-Americana de Integração saúda mui atenciosamente a Honorável Secretaria-Geral e tem o prazer de enviar, em anexo, um cheque pelo valor de US\$ 139.118,56 (dólares americanos cento trinta e nove mil cento e dezoito com cinquenta e seis centavos) do Banco da Nação da República do Peru. Essa quantia corresponde ao pagamento da contribuição do ano de 1987 (US\$ 83.923,69) e parte da contribuição do ano de 1988 (US\$ 55.194,87).

A Representação Permanente do Peru junto à ALADI aproveita a oportunidade para renovar à Honorável Secretaria-Geral os protestos de sua distinta consideração."

SECRETARIO-GERAL. A Secretaria manifesta seus agradecimentos e sua satisfação, Senhor Presidente, por essa quantia.

8) Representação da Argentina. Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 11.

"No. 168/90. Montevideú, em 30 de novembro de 1990. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez, Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com o propósito de comunicar-lhe e, por seu intermédio, às Representações acreditadas no Comitê que em 29 de novembro de 1990 subscrevi com a República da Colômbia o Primeiro Protocolo Adicional ao ACE no. 11, cujo texto está depositado nessa Secretaria.

Renovo a Vossa Excelência os protestos de minha mais distinta consideração. (a) María Esther T. Bondanza, Ministro Plenipotenciário, Representante Alterno, Encarregado de Negócios a.i."

9) Representação da Colômbia. Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no. 11.

"No. 01. Montevideú, em 7 de janeiro de 1991. A Honorável Secretaria-Geral da ALADI. Nesta.

//

ac

//

A Representação Permanente da Colômbia saúda mui atenciosamente a Secretaria-Geral da ALADI por ocasião de comunicar-lhe que em 29 de novembro de 1990 subscreveu o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica entre a Colômbia e a Argentina (ACE no. 11), que se encontra depositado na sede da Associação, em cumprimento da Resolução 30 do Comitê de Representantes.

A Representação Permanente da Colômbia aproveita a oportunidade para renovar à Secretaria-Geral os protestos de sua mais alta e distinta consideração."

- 10) Relatório do grupo de trabalho ao Comitê sobre o relatório final da primeira reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (ALADI/CR/dt 80).
- 11) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 31/X/90 (ALADI/SEC/dt 4.116).
- 12) Estado de disponibilidades. Movimento de fundos com parecer dos auditores e informação complementar em 30/IX/90.

3. Consideração das atas correspondentes às 306a., 310a., 311a. e 317a. sessões.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVAM-SE.

4. Terceiro Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.

PRESIDENTE. A idéia era que a Secretaria informasse sobre a reunião à qual compareceu a Associação na cidade de Rosario e que ilustrasse o Comitê sobre algumas decisões nela adotadas e, inclusive, a respeito de trabalhos vinculados com a Associação Latino-Americana de Integração.

SECRETARIO-GERAL. Sim, Senhor Presidente, nestas reuniões esteve presente a Doutora Claudia Llantada, quem informará a respeito.

SECRETARIA (Claudia Llantada). Senhor Presidente, o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná realizou sua terceira reunião na cidade de Rosario de 21 a 23 de novembro de 1990.

Abriu a reunião o Subsecretário de Assuntos Latino-Americanos da Argentina, em companhia do Subsecretário de Transporte desse país.

Ambos salientaram muito enfaticamente a necessidade de eliminar todos os empecilhos burocráticos que estão demorando a realização deste projeto e chegar a acordo entre os cinco países da Bacia para compatibilizar as legislações e facilitar a navegação na Bacia do Prata.

ac

//

Posteriormente, também se falou da necessidade de que para o mês de maio, isto é, na própria abertura, os países tivessem uma definição sobre a forma jurídica e institucional que adotaria o Comitê e se julgava conveniente que para essa data, na qual o Comitê cumpriria um ano, fosse possível chegar a algum acordo entre os países ou se pudesse celebrar um acordo entre os cinco países.

Foram apresentados relatórios do que tinha realizado a Secretaria pro tempore, particularmente no que diz respeito à cooperação técnica por parte dos organismos internacionais e uma reunião de um grupo técnico que tinha definido um plano cartográfico a desenvolver, que foi aprovado nessa reunião.

Cada organismo internacional apresentou o avanço em seus trabalhos. O INTAL apresentou uma série de informações preliminares sobre o desenvolvimento do tema de compatibilização da legislação, particularmente segurança da navegação, certos aspectos dos tratados internacionais celebrados ou entre os países da Bacia do Prata ou entre estes e terceiros países, e também sobre os que tinham avançado na fórmula jurídico-institucional.

Nesse aspecto havia um atraso devido à falta de resposta de alguns dos países, que impedira finalizar os trabalhos.

O Comitê solicitou os prazos em que isto finalizaria, principalmente no aspecto da fórmula jurídico-institucional, necessário para continuar avançando no esquema de financiamento que deveria dar-se para a execução dos estudos de engenharia. E o INTAL comprometeu-se a que quarenta e cinco dias depois de recebidas as respostas dos países elaboraria o relatório com a proposta de fórmula jurídica.

A ALADI apresentou um relatório sobre os avanços, que contém parte do levantamento realizado e uma proposta de regime de trânsito aduaneiro para depósitos francos e elementos para elaborar uma documentação normalizada a ser utilizada no âmbito da Hidrovia.

Este relatório foi muito bem recebido pelos países, que consideraram positivo contar não apenas com um levantamento dos problemas, mas com propostas para solucioná-los e encomendaram à ALADI a realização, para a próxima reunião, de uma proposta de acordo de transporte que contenha os elementos necessários para facilitar o transporte e o comércio dentro da Hidrovia.

Este relatório, isto é, as conclusões do estudo que estivemos realizando e a proposta, seria apresentado na próxima reunião, que se realizará de 27 de fevereiro até 10 de março. Ainda não está definida a sede. Havia duas propostas; uma era que fosse na cidade de Resistencia e outra, da delegação do Uruguai, para que fosse em Colonia. Possivelmente se aceite esta última.

A Comissão da Comunidade Européia apresentou também um relatório sobre o apoio que se pensa dar ou que se decidiu dar a este programa está preparando um seminário itinerante a realizar-se em março, ao qual serão convidados três delegados por país, de forma a mostrar o funcionamento dos portos europeus e das vias fluviais e a administração das vias fluviais.

Por outro lado se solicitou à Secretaria pro tempore que fizesse gestões para que a Comunidade desse seu apoio em áreas de interesse para os Governos e para a Comunidade, tais como o tema do meio ambiente ou o tema da parte institucional, que seriam de interesse. E a realização de um seminário, em algum dos países da Bacia, sobre as experiências da Europa na administração e exploração das vias fluviais.

Por outro lado, informou-se que o PNUD está canalizando a elaboração dos termos de referência, em colaboração com o BID, mediante um convênio que foi celebrado. E a idéia seria acelerar os prazos de preparação de termos de referência de forma a começar os estudos quanto antes.

Foi elaborado um cronograma de atividades aprovado pela reunião para acelerar prazos, reunir grupos técnicos que analisem os termos de referência, que tenham um poder de decisão, e começar os estudos para iniciar as obras em 1992, diretamente. Pelo menos as primeiras etapas, que se definiram que seriam parte de uma dragagem. Diríamos aprofundamento, mas não faz uma modificação fundamental que necessita maiores estudos; a parte de balizagem e a finalização de todos os estudos que se deva realizar.

O FONPLATA ofereceu, tanto à ALADI quanto ao Comitê, seu apoio financeiro para qualquer estudo que se deseje realizar ou para a elaboração dos termos de referência. E o FIC informou sobre a assembléia de armadores, realizada no mês de outubro, convocada pela reunião de Chanceleres da Bacia do Prata. Nela os armadores assinalaram uma série de entraves institucionais e burocráticos que hoje implicam maiores custos para o transporte fluvial e que deveriam ser removidos e que serão considerados pelo Comitê e pelos organismos internacionais que estamos trabalhando no tema para elaborar propostas que permitam solucionar estes obstáculos.

PRESIDENTE. Agradeço as explicações da Secretaria e ofereço a palavra.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Agradecemos suas explicações, que foram muito concretas.

Eu faria uma pergunta. A Hidrovia parece um exemplo do que é a confluência de organismos, porque há uma série de organismos regionais, a Comunidade, trabalhando no tema. A Senhora nota uma coordenação dos esforços por parte de todos os organismos? Diríamos, está bem delimitado o papel que pode desempenhar a ALADI, que desempenham os outros? Realmente vê um trabalho bem coordenado e produtivo até hoje? Está dando-se cumprimento aos cronogramas e cada organismo dá sua contribuição com celeridade? Funciona bem o sistema?

PRESIDENTE. Eu queria complementar essa pergunta para que também na resposta fosse feita referência à coordenação entre o INTAL e a ALADI, que estava havendo uma superposição. Poderia comentar também isso ao responder a pergunta da Representante da Argentina.

SECRETARIA (Claudia Llantada). A Secretaria pro tempore está coordenando a ação dos diferentes organismos internacionais. Houve um enfoque dos trabalhos. Embora haja trabalhos que pareceriam superpor-se, o enfoque é totalmente diferente e isso ficou claramente explicitado na reunião e os relatórios apresentados pelo INTAL faziam um levantamento da legislação, muito profundo e muito completo. Ou seja, não tem relação com o que nós elaboramos. A ALADI centralizou suas tarefas, de acordo com o que apresentou a Secretaria pro tempore, aprovado por essa Secretaria, em um levantamento dos problemas concretos encontrados nas operações. Ou seja, não indo à origem das legislações, etc., mas às conseqüências práticas. E, em função disso se pergunta quais seriam os elementos a considerar para solucioná-los.

Tudo isto ficou muito claro na apresentação dos relatórios. Os países ficaram realmente muito satisfeitos com o que fizeram ambas as partes porque, aliás, o enfoque foi totalmente diferente. E, em geral, os organismos estão trabalhando de forma coordenada.

Foi pedido ao INTAL que colaborasse conosco, já que eles estão analisando mais profundamente uma série de temas que serviriam para apresentar uma proposta de acordo. Nesse sentido enviamos uma nota ao INTAL -houve conversações durante a reunião e se enviou uma nota ao INTAL- para concretizar esta cooperação mais profundamente. Eles fizeram um levantamento de toda a legislação; neste momento têm um banco de dados com toda esta legislação de cada um dos cinco países e estão analisando temas que requerem uma negociação muito longa, que não poderão estar solucionados no curto prazo, que é o que nós enfocamos. Obviamente são necessários elementos para passar do que seria um mínimo acordo para solucionar estes obstáculos imediatos para as soluções de fundo, que é aquilo a que se deseja chegar, e que já se mencionou na reunião do Comitê que se deseja chegar em um prazo de cinco ou mais anos, de acordo com a vontade dos países, a levantar as reservas de cargas, uma cabotagem dos cinco países, um registro único. Esse é o objetivo. Deve-se passar de uma solução imediata a estas soluções de longo prazo. Ou seja, ambas as coisas são necessárias.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Agradeço a concreta e precisa informação da Licenciada Llantada. Mas, no interesse de que isto possa ser aproveitado mais adiante, rogaria à Secretaria que nos enviasse por escrito o relatório respectivo para que, com base no mesmo, talvez um pouco mais adiante, pelo menos os cinco países que conformam a Hidrovia pudessem ter uma reunião com a Secretaria-Geral para conhecer mais concretamente, com mais pormenores, os avanços dos trabalhos que encara a ALADI a respeito da Hidrovia.

PRESIDENTE. Posteriormente fixaríamos uma reunião com os cinco países interessados.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Apoiamos a proposta da Bolívia e a proposta da Presidência de realizar uma reunião com os cinco países para discutir mais a fundo este tema.

//

Também queremos manifestar a satisfação da Representação do Brasil pelo trabalho que está sendo desenvolvido pelo Departamento de Serviços, que sempre tem produzido documentos precisos e fornecido informações úteis para nossos trabalhos.

SECRETARIO-GERAL. O importante é que em todo este trabalho da Hidrovia o trabalho que está realizando a ALADI é o que mais pronto parece que se concretizará. É um trabalho muito específico e muito concreto que nos foi encomendado, que é a concretização de um acordo de alcance parcial em torno da facilitação do transporte e da homologação das legislações para que esta via tenha normas de mais fácil cumprimento e regras claras de jogo.

A Secretaria está sumamente interessada nisto e lhe damos a máxima prioridade. Estamos participando destes encontros com muita consistência e estamos acompanhando muito de perto o assunto. O Secretário, pessoalmente, está muito interessado neste assunto.

Representação do PARAGUAI (Herminia Margarita Genes de Aranda). Também queremos aderir às felicitações à Doutora Llantada por sua exposição muito concreta, como expressou o Senhor Embaixador da Bolívia.

Além disso, com a explicação da Doutora Llantada estamos vendo que se está materializando a proposta do acordo de transporte fluvial, muito importante para nosso país.

Apoiamos também a reunião dos cinco países com a Secretaria-Geral para ir fazendo um pacote de documentos nesta matéria.

PRESIDENTE. Não havendo outras intervenções sobre este ponto, passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

5. Programa de trabalhos para a Associação para os próximos meses.

PRESIDENTE. A Presidência pediu que se incluísse este ponto na agenda para que o Comitê possa planificar os próximos passos.

Estamos, há mais de um mês, concentrados no exame da instrução presidencial de Caracas e há outros temas de rotina da Associação que não conviria que fossem deixados de lado.

Basicamente, deveríamos tratar três temas, três áreas: a questão das reuniões, a questão dos temas e a questão do calendário.

A respeito da questão das reuniões, durante esta semana teremos as reuniões do grupo ad hoc e hoje estamos nesta reunião do Comitê de Representantes. A partir da próxima semana, terminando a reunião do grupo ad hoc, teríamos duas semanas antes de fim do ano, a semana próxima e a seguinte, nas quais teríamos reuniões do Comitê de Representantes.

A sugestão é que tenhamos duas reuniões do Comitê terça e quinta-feiras.

Uma, para tratar o documento de Caracas e outra para tratar temas de interesse para a Associação.

Em relação aos temas, a Secretaria apresentará agora uma relação, atendendo ao pedido da Representação da Argentina, que fez esse pedido há um tempo, será apresentada uma lista de temas que deveriam ser, de alguma forma, tratados pelo Comitê. E com isso teríamos as pautas para o tratamento nas reuniões seguintes. E, em terceiro lugar, a questão do calendário.

Como disse, temos duas semanas antes de Natal e fim do ano: a próxima semana e a seguinte.

Em princípio, se o Comitê estivesse de acordo, faríamos a última reunião antes de fim do ano, dia 20. E ficaria para decidir o regime de trabalho a partir da primeira semana de janeiro, a segunda semana de janeiro, a partir de 15 de janeiro, o que faríamos.

Isso é o que estamos discutindo. Eu pediria à Secretaria que apresentasse essa relação de temas e depois eu gostaria de conhecer a reação do Comitê sobre essas três questões: a questão das reuniões, se essa proposta da Presidência está bem, se estão de acordo com os temas que a Secretaria apresente e, em terceiro lugar, uma opinião quanto ao calendário que o Comitê programará a partir do período de festas.

SECRETARIA (Mario Vacchino). O Senhor Presidente colocou três níveis para esta questão. A respeito das reuniões acredito que é conveniente sublinhar que além das duas previstas do Comitê para analisar a Declaração de Caracas e para analisar temas de interesse existe uma questão que será apresentada de forma imediata, que é a proposta de orçamento no contexto da Resolução 109. Isso é, realmente, bastante importante e junto com a proposta de orçamento para o próximo ano, dentro do programa orçamentário bienal 1990-1991, estão incluídas também as listas dos estudos que serão realizados e a lista de pedidos de cooperação técnica, gerenciadas no futuro.

Então, creio que este tema é prioritário e condicionante praticamente de todo o resto pois, digamos, extrair neste momento alguns temas, deixando de lado outros, pareceria não ser a fórmula mais conveniente.

Neste momento, daqui até fim do ano, a tarefa prioritária da Secretaria, tematicamente, está, por um lado, em satisfazer os requerimentos da reunião do grupo ad hoc e as comissões que surjam dessa reunião do grupo ad hoc e, em segundo lugar, completar este trabalho de apresentação do orçamento que exige um esforço considerável à Secretaria.

Existe, em nível de cooperação técnica, uma segunda tarefa de muita importância, vinculada também com a do orçamento, como é a de formular, apresentar e negociar o programa de cooperação técnica com a Comunidade Econômica Européia.

//

//

305

Neste sentido eu desejaria adiantar que estamos, praticamente, na etapa de culminação.

PRESIDENTE. Preferiria que não entrasse nisso agora. Trataremos isso depois. Vamos nos limitar ao tema que estamos discutindo.

SECRETARIA (Mario Vacchino). Bem. Então, é o segundo trabalho prioritário daqui até fim do ano.

O terceiro aspecto que a Secretaria tratará no que resta do ano e para deixar as bases estabelecidas, é a formulação dos elementos de juízo para o aprofundamento da PTR. E uma comissão requerida no acordo, no Segundo Protocolo, e a obrigação é realizar esta reunião de Alto Nível para o primeiro trimestre do ano.

Esse seria outro dos trabalhos a considerar prioritariamente.

Existe também um projeto de acordo para a criação de um grupo de trabalho sobre transporte por água que já tem sido, de alguma forma, considerado por este Comitê, mas deve voltar ao Comitê para sua aprovação definitiva.

Essas são, basicamente, as atividades que daqui até fim do ano devem ser realizadas de forma prioritária.

Não existe, em nível de calendário, além da reunião do grupo ad hoc, nenhuma outra atividade até fim do ano.

Quanto ao calendário do próximo ano, eu considero que o mais oportuno e conveniente é considerá-lo na semana próxima quando analisemos o orçamento com as atividades conexas.

Eu rogaria, portanto, Senhor Presidente, que tomássemos estes dois momentos para analisar os trabalhos pendentes daqui até fim do ano e os correspondentes ao próximo ano, que deveriam ser considerados, segundo critério da Secretaria, com o orçamento.

SECRETARIO-GERAL. Neste sentido, Senhor Presidente, estamos convocando a Comissão de Orçamento para próxima quinta-feira, se as distintas Representações não têm inconveniente, para apresentar o orçamento.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Senhor Presidente, sim, conforme nos manifestou o Doutor Vacchino, creio que realmente se impõe a necessidade de seguir sua sugestão de que daqui até as festas haja uma reunião do Comitê, dedicada à avaliação e outra reunião dedicada aos temas pendentes, cujo cumprimento é indefectível. Segundo posso apreciar, restariam duas reuniões do Comitê para ocupar-se dos temas gerais. Creio que são imprescindíveis. Agora, se começa a funcionar a Comissão de Orçamento nesta mesma quinta-feira, supõe-se que na outra semana poderíamos tratar o tema do orçamento.

ac

//

//

Ou seja, estamos de acordo com esse calendário.

Isso sim, depois de terminado o pronunciamento sobre este ponto, gostaria de conversar um pouco com os colegas para ver qual será o plano para já janeiro.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Senhor Presidente, somente uma consulta à Secretaria-Geral; se para essa reunião da quinta-feira vamos ter um novo documento orçamentário ou é apenas uma reunião de apresentação.

SECRETARIO-GERAL. E para apresentar o documento.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Perdão pelo diálogo, Senhor Presidente.

Quando vai ser distribuído o documento?

SECRETARIO-GERAL. Será distribuído amanhã pela manhã.

PRESIDENTE. Talvez, então, atendendo ao pedido da Argentina poderíamos conversar um pouco sobre janeiro.

Representação do PARAGUAI (Herminia Margarita Genes de Aranda). Minha Representação está um pouco preocupada pelo que se acaba de manifestar, que a reunião de orçamento será esta quinta-feira. É muito simples, porque entendo que é um orçamento bienal e que os trabalhos do ano 90 passarão para 91 e tudo o que tem a ver com o orçamento. Mas na quinta-feira começa a reunião de orçamento.

A Representação de meu país vê-se na necessidade de pedir ao Senhor Presidente que a reunião de orçamento seja adiada para a próxima segunda-feira.

Quero dizer que amanhã teremos negociações com a Venezuela, que seguramente se prolongarão até sexta-feira. Então, não poderemos assistir às duas reuniões ao mesmo tempo.

PRESIDENTE. Eu compreendo as razões da Representação do Paraguai, mas nesta primeira reunião somente será apresentado o documento.

Acredito que seria importante manter porque o Comitê vai ter pouco tempo. Essa Comissão vai tomar conhecimento; não vai tomar decisão alguma; vai tomar conhecimento somente da proposta da Secretaria e depois teremos tempo, até a semana seguinte, para que a Representação do Paraguai tome conhecimento do orçamento e articule com outras Representações.

Eu pediria à Representação do Paraguai que compreenda esta urgência que a Secretaria-Geral e todos nós temos. E, de qualquer forma, não será tomada nenhuma decisão nessa reunião; é somente uma apresentação do papel e algumas

//

ac

//

367

perguntas serão feitas e haverá tempo para que a Representação do Paraguai apresente suas exposições em uma reunião que poderia ser feita segunda-feira seguinte. Poderia marcar a primeira reunião em substância para segunda-feira, mas já teria recebido o documento e ganharia tempo.

Se a Representação do Paraguai não tem objeção, atenderíamos a Secretaria-Geral e procederíamos dessa maneira.

Representação do PARAGUAI (Herminia Margarita Genes de Aranda). Nesse caso, Senhor Presidente, tomando conhecimento do documento e não havendo ainda nada a determinar sobre o mesmo, poderíamos assistir para tomar conhecimento, como disse o Senhor Presidente, do documento porque temos muitos compromissos nesta semana e estamos reduzidos de pessoal, como se diz, porque o Embaixador teve de viajar e outros problemas na Representação.

PRESIDENTE. Em resumo, teríamos duas reuniões do Comitê, terça e quinta-feiras próximas, 11 e 13, e outras duas reuniões do Comitê, 18 e 20. Duas reuniões para continuar tratando a Declaração de Caracas e duas reuniões para tratar assuntos de nosso interesse, dentro das quais estão os indicados pela Secretaria-Geral e outros que alguma Representação queira apresentar.

O problema das reuniões e do calendário até fim do ano está esclarecido.

Eu proporia que dia 20, última reunião antes das festas, o Comitê decida se haverá assuntos para tratar em janeiro ou não. Não se tomaria uma decisão agora e em consultas particulares veríamos a disponibilidade das Representações. Se fôssemos nos reunir em janeiro para continuar o tratamento da Declaração de Caracas não seria antes de 10 ou 15 de janeiro. Decidiríamos isso a partir da última semana, entre os dias 18 e 20.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Aderimos às sugestões sobre a realização de reuniões, tanto do grupo do mandato de Caracas como das reuniões ordinárias do Comitê. Mas pareceria que há um assunto que demandará nossa atenção até fim do ano, com o qual devemos terminar, que é a aprovação do orçamento.

Nesse sentido, Senhor Presidente, e vendo com sentido realista a situação, até dia 20 podemos marcar como último dia deste ano, útil e produtivo principalmente.

Seria conveniente fixar o dia 20 como para terminar o tratamento do orçamento, o qual implica que não só a partir de 13 ou da semana seguinte devemos fazer duas reuniões do Comitê. Façamos as reuniões necessárias para terminar dia 20.

Vem fim do ano; sabemos que é uma situação muito irregular; pelo menos depois das festas de fim do ano tarda muito em levantar, em tomar impulso; é como um albatroz, que deve correr bastante e depois de recorrer cem metros pode levantar o vôo. E falando francamente, Senhor Presidente, para tranquilidade de todos, não adiemos dizer o que faremos em janeiro.

ac

//

Eu proponho novamente que a partir de 15 reiniciemos os trabalhos do Comitê de Representantes. Assim cumprimos com o que vai do ano e, remonta dos já, depois de ter tomado o impulso, podemos iniciar dia 15 os trabalhos regulares do Comitê. A mesma coisa a respeito do mandato de Caracas.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). É um tema menor e embora não tomemos as decisões agora para planificar internamente as férias do pessoal, desejaria ter uma aproximação ao parecer dos Senhores.

A Representação da Argentina está aberta, logicamente, ao consenso neste tema, como qualquer outro.

Tradicionalmente na ALADI e nas Representações o mês de janeiro tem sido primordialmente de recesso; a maioria das férias é dada em janeiro; algumas, em fevereiro, mas digamos que a atividade tem um stop em janeiro. Haveria que ver. A Bolívia se pronunciou pela necessidade de reiniciar o trabalho em 15 de janeiro. Nesse caso, como as férias são inevitáveis, quer dizer que algumas pessoas deverão sair em fevereiro. Quer dizer, temos essas duas alternativas; ou paramos todo janeiro ou trabalharemos mais ou menos em janeiro e em fevereiro. Não sei se outros têm opinião formada, além da Bolívia.

PRESIDENTE. Quanto à Representação do Brasil, em janeiro não estarei sentado aqui. A Representação do Brasil estará pronta para trabalhar a partir de 15 de janeiro.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Nossa Representação está em condições de trabalhar durante o mês de janeiro desde a data que se decida. Não somos partidários de um recesso total em janeiro, de forma alguma, mas talvez os primeiros dias, junto com a finalização do ano, porque se nos marcamos a data de 15 de março para emitir o relatório sobre a Declaração de Caracas, não nos parece adequado propor um recesso de longa duração, salvo que algumas Representações, principalmente aquelas com muito pouco pessoal, se vejam afetadas.

Representação da VENEZUELA (Gerardo Arellano). Senhor Presidente, no mesmo sentido que a Representação do Chile.

Representação do MEXICO (José Pedro Pereyra Hernández). No mesmo sentido que a Representação do Chile.

PRESIDENTE. Creio que há consenso em que não deveríamos interromper o trabalho durante o mês de janeiro e eu estava olhando na agenda que dia 15 é terça-feira. Então, poderíamos retomar aí. Mas, de qualquer forma, temos duas semanas e, em princípio, a tendência majoritária é começar ao redor do dia 15.

A Presidência agradece porque é importante o planejamento futuro.

Passamos ao ponto 6, "Outros assuntos", no qual a Secretaria informará sobre alguns temas, inclusive sobre o acordo com a Comunidade Econômica Européia.

//

//

363

6. Outros assuntos.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, em primeiro lugar para lembrar aos Senhores que próxima sexta-feira teremos uma sessão extraordinária do Comitê, convocada para receber os Reitores da Universidade da República Oriental do Uruguai, da Universidade do Chile e da Universidade da República Argentina, às nove e meia da manhã. Não será muito prolongada. Acredito que mais ou menos às dez e quinze minutos estaremos concluindo esta reunião para que às dez e trinta se reinicie o grupo ad hoc. Isto foi decidido na última reunião do Comitê de Representantes.

A Secretaria esteve fazendo consultas com as Representações para fazer a segunda reunião do grupo de trabalho sobre informática; queríamos fazê-lo esta semana. Entretanto, várias Representações nos expressaram sua dificuldade para assistir nesta semana e que prefeririam que fosse para a seguinte. De qualquer forma, a Secretaria está disposta a fazer essa reunião nesta semana. Se não houver inconveniente, Senhor Presidente, a Secretaria insistiria nessa possibilidade.

PRESIDENTE. Quais seriam as Representações que não estariam dispostas a assistir à reunião?

SECRETARIO-GERAL. E o Doutor Gonzalo Valenzuela quem esteve fazendo os contatos. Poderíamos fazê-lo chamar.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Nós solicitamos que a reunião se fizesse quanto antes porque o tema nos interessa, é prioritário e gostaríamos de buscar soluções conjuntas o mais rapidamente possível. Portanto, de forma alguma pedimos o adiamento; exceto algum obstáculo insuperável, pediríamos que se realizasse nesta semana porque justamente a idéia é tratar de solucionar o problema e de organizar a unidade. Por conseguinte, parece-nos muito importante. Por outro lado, o grupo está aberto àqueles que desejem participar.

SECRETARIO-GERAL. Então, convoquemos a reunião para amanhã, às dez horas. Lamentavelmente o Secretário não poderá assistir, como teria sido seu desejo, porque deve participar do grupo ad hoc.

Então, fica marcada para amanhã, às dez horas.

Temos agora a informação da Doutora Claudia Llantada sobre sua participação na Assembléia Geral Ordinária da Associação Latino-Americana de Armadores, realizada recentemente em Guaiquil e onde está sendo definido o acordo de alcance parcial de transporte por água ou de alcance regional.

Ofereço a palavra.

SECRETARIA (Claudia Llantada). Senhor Presidente, de 12 até 14 de novembro realizou-se em Guaiquil a vigésima sétima Assembléia Geral Ordinária

ac

//

da Associação Latino-Americana de Armadores. A ALADI foi convidada para participar como observador e para participar de um painel sobre a política latino-americana em matéria de navegação.

Em primeiro lugar, a CEPAL expôs um estudo sobre os custos portuários nos países da região e foi analisada a situação imperante e as possibilidades de mudança da situação portuária.

Um dos elementos salientados e posteriormente incorporados a uma recomendação da ALAMAR é que os custos portuários, com grande incidência nos custos globais de transporte, não puderam ser reduzidos na maioria dos países, que existe uma forte resistência às mudanças porque se dispõe de sindicatos muito fortes e que neste contexto, em que há uma orientação das políticas macro-econômicas para uma maior abertura, está sendo dada ênfase ao transporte marítimo e não há suficiente ênfase nos custos portuários.

Posteriormente, os representantes das associações nacionais de armadores expuseram a situação da política em matéria de navegação em seus respectivos países e suas preocupações quanto ao desenvolvimento da frota mercante e das empresas armadoras dos países afetados por estas políticas.

Um dos aspectos que salientaram particularmente é que o âmbito onde se desenvolve o transporte marítimo é caracterizado por um mercado com elevados subsídios por parte dos países desenvolvidos; que estes subsídios superam amplamente, em alguns casos, as vantagens outorgadas aos armadores latino-americanos e que existem condições muito díspares para poder concorrer neste mercado.

Na maioria dos países da região se nota um sério questionamento à reserva de cargas; em alguns casos se levanta sem adotar medidas prévias que permitam que os armadores de seus países possam concorrer internacionalmente, ou seja, o tema das dotações, o tema dos impostos, o tema tarifário. Existe uma série de restrições que fazem com que as marinhas latino-americanas hoje não estejam nas mesmas condições que as dos demais países.

Isto gera uma grande preocupação porque está sendo levantada a reserva de cargas e não estão sendo dados os elementos para poder seguir sob a bandeira que hoje se tem.

O representante do SELA analisou também o tema do GATT e os avanços ou o que se conhece sobre a situação do transporte marítimo no âmbito do GATT e também quais poderiam ser as conseqüências da Iniciativa para as Américas para o transporte marítimo.

Nesse sentido foi sublinhado que os armadores norte-americanos solicitavam manter a cabotagem como reservada a sua bandeira, o qual implicaria que também, em forma paralela, poderia fazer-se o mesmo na latino-americana.

A ALADI salientou a necessidade de uma política regional, a necessidade de que se elaborem normas comuns para fomentar o desenvolvimento da frota mercante e das empresas armadoras de nossos países, levando em conta que há uma transformação necessária, que os serviços devem ser eficientes, que devem

//

//

ser competitivos, que não podemos ficar à margem de todo um processo de transformação que existe em nível internacional e que nossas economias requerem um transporte eficiente e barato para poder colocar os produtos no mercado internacional.

A Assembléia emitiu depois uma declaração, uma resolução, onde foram contemplados estes pontos; contemplou-se esta situação de mudança, a necessidade de que as frotas e os armadores se adaptem a estas mudanças e se solicita aos países que se trabalhe junto com os organismos internacionais na elaboração de uma política regional em matéria de navegação que leve em conta estas condições do mercado internacional e que até que se possa modificar as condições internas de cada um dos países se mantenha um nível de reserva de cargas adequada como para permitir esta transformação e que as frotas possam, digamos, ter as mudanças necessárias para poder concorrer.

PRESIDENTE. Creio que foi muito completa a informação. Não sei se há alguma observação.

Representação da VENEZUELA (Gerardo Arellano). Senhor Presidente, igual que sua opinião, para reconhecer a claridade da exposição, mas desejaríamos também, se fosse possível, dispor de alguma dessa documentação porque, de acordo com o exposto, ouvimos conceitos muito interessantes. Estamos observando em muitos documentos como o conceito da reserva de carga se está eliminando, talvez sem maiores reflexões e, de acordo com a exposição da Doutora, observamos que aí foi um tema de consideração e, portanto, deve haver observações que podem ser úteis aos países se adotarem este tipo de decisões que possam ter conseqüências técnicas e políticas também complexas.

Nesse sentido, como material de apoio seria muito útil receber algum desses documentos, em particular talvez aqueles que tratam este delicado tema da reserva de cargas.

PRESIDENTE. Eu pediria à Secretaria, se dispuser desta documentação, que atendesse este pedido.

Havia representantes governamentais nessa reunião privada?

SECRETARIA (Claudia Llantada). Alguns representantes governamentais assistiram. Do Uruguai, houve representantes, do Equador, e não sei exatamente de que outros países, mas majoritariamente era o setor privado, privado ou estatal empresarial.

PRESIDENTE. A respeito do que pediu a Venezuela, se há alguma documentação que explique esse ponto mencionado, pediria para enviá-lo.

Eu pediria à Secretaria-Geral que nos desse uma informação a respeito das negociações sobre o acordo com o Mercado Comum.

Como o Comitê pode lembrar, houve um primeiro intercâmbio de correspondência; a Comissão de Assistência e Cooperação Técnica tratou este assunto e a Presidência está informada de que houve outros intercâmbios de correspondência entre a Secretaria e a Comunidade.

Se o Comitê entenda que este assunto, antes de ser formalizado, deve ser tratado pelo Comitê, eu pediria que a Secretaria informasse sobre o atual estado das negociações.

SECRETARIA (Mario Vacchino). Como os Senhores lembraram, como acaba de dizer o Senhor Presidente do Comitê, foi analisado pela Comissão de Assistência e Cooperação Técnica em primeira instância. Foi feita uma proposta da Secretaria; recebemos uma contraproposta informal, digamos, não oficializada; aliás nos faziam chegar para ver que opinião tínhamos sobre esse texto. Esse texto foi enviado a todas as Representações; a Secretaria recebeu alguns comentários e com base nisso elaborou, junto com a Comunidade, um texto que satisfaria o essencial da proposta inicial da Secretaria e da Associação e contemplava alguns dos aspectos introduzidos pela Comunidade em sua contraproposta.

Atualmente esse documento está para receber a última aprovação da Comissão da Comunidade Européia. Em princípio se espera poder subscrever o intercâmbio antes de fim do ano e antes da reunião do Grupo do Rio, em nível de Chanceleres.

Para informação do Comitê posso dar-lhes neste instante um exemplar do texto, do qual foram retirados todos os aspectos que apresentavam algumas pequenas dificuldades como era, em primeiro lugar, aquele que dizia que o intercâmbio de cartas seria entre as Organizações e não entre as Instituições. Isso foi solucionado para evitar problemas e, digamos, o texto recebeu todas as correções necessárias para que fosse coerente com esse ponto de vista.

O texto que tenho aqui está em francês, mas a título informativo enviaremos um para cada uma das Representações.

PRESIDENTE. Para informação do Comitê, na reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, em setembro passado, o tema de cooperação entre a Comunidade e a América Latina, que está na agenda do Grupo do Rio, foi tratado e nessa oportunidade se mencionou a possibilidade de um acordo entre a Comunidade e a América Latina através da ALADI.

Entendo que o Grupo dos Onze, o Grupo do Rio em sua nova forma de onze membros, discutirá esse assunto, em Roma, dia 20 de dezembro.

Há uma idéia de que seja preparada uma informação para ser distribuída a todas as Representações para que cada um dos Representantes possa dar uma informação coordenada a suas capitais. A Presidência tem conhecimento de que esse assunto está sendo conversado nas capitais pelas diferentes Chancelarias e é possível que esse tema seja discutido concretamente na próxima reunião de Roma, dia 20, de todos os Chanceleres do Grupo dos Onze. Então, seria oportuno que houvesse uma coordenação entre todos os Representantes e que fosse enviada uma informação unificada para as capitais.

A Presidência combinaria com a Secretaria-Geral como proceder nesse sentido e quanto antes se poderia enviar às demais Representações, a todas as Representações, um texto que servisse de base para uma informação que todos

//

enviaríamos a nossas capitais como elemento adicional para o trabalho de nossas capitais.

Dentro de "Outros assuntos" a Secretaria-Geral inclui outros pontos. Missão de serviço ao Equador e convocatória de um grupo de trabalho sobre o projeto de acordo regional de sementes.

SECRETARIA (Leonardo Mejía). De 19 até 23 de novembro a Secretaria-Geral, junto com o Ministério das Indústrias do Equador, organizou três Seminários: um na cidade de Manta, outro na cidade de Machala e outro na cidade de Cuenca, com os seguintes propósitos; em primeiro lugar, dar a conhecer aos empresários equatorianos, aos dirigentes de organizações públicas e privadas vinculadas com o processo de integração os mecanismos do Tratado de Montevideu 1980, o sistema de apoio em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. E, em segundo lugar, estes seminários pretendiam fazer conhecer aos operadores do comércio internacional as vantagens comerciais que o Tratado de Montevideu 1980 oferece aos empresários equatorianos e, concretamente, as vantagens que oferecem as listas de abertura de mercados, os acordos de alcance parcial de renegociação, a preferência tarifária e os acordos suscritos com terceiros países.

Assistiram a esses seminários, na cidade de Manta, setenta e três pessoas, entre empresários, estudantes universitários, representantes dos setores públicos e privados. Na cidade de Machala assistiram dezoito pessoas e na cidade de Cuenca, vinte e cinco pessoas. Estas atividades estavam previstas no programa de trabalho correspondente ao ano de 1980. E tudo o que posso informar, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Sobre outro ponto do acordo regional.

SECRETARIA (Pedro Reyes). Senhor Presidente, muito brevemente desejaria fazer referência às reuniões que tivemos este ano com relação ao projeto de acordo regional para o setor sementes.

Como os Senhores lembram, a Secretaria convocou duas reuniões; uma de caráter empresarial, que enviou um primeiro relatório sobre o setor sementes, e uma segunda reunião, que se realizou com peritos governamentais na cidade de Santa Cruz, Bolívia, com a idéia de analisar a proposta do setor empresarial e projetar um anteprojeto de acordo de caráter regional. Este acordo já foi revisado por estes peritos governamentais, foi posto a disposição e conhecimento de cada uma das Representações no mês de julho e até hoje ainda a Secretaria não teve, digamos, nenhuma reação por parte dos países.

Juntamente com a proposta há um programa de cooperação de diversas atividades que vai ao encontro e harmonizando o tema de saúde vegetal e o tema fitossanitário a respeito da lista de produtos que acompanha este projeto de acordo.

Este é um tema, Senhor Presidente, que recolhe também a Resolução 22 do mandato do Conselho de Ministros de maio, onde surge a necessidade de projetar um acordo deste tipo no âmbito regional. Portanto, a Secretaria conside

ra conveniente, à luz desta proposta, documento que existe sobre o tema, ver a possibilidade de convocar antes de fim do ano um grupo de trabalho por parte do Comitê com a idéia de revisar toda essa informação e ver se podemos avançar no que poderia ser a proposta do acordo regional.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Sim, para poder colaborar na concretização de tão importante projeto; segundo entendi, na reunião de Santa Cruz de la Sierra se terminou de elaborar esse anteprojeto, e foi submetido aos Governos nessa oportunidade ou posteriormente?

SECRETARIA (Pedro Reyes). Depois da reunião de Santa Cruz a Secretaria enviou a cada uma das Representações a proposta do anteprojeto de acordo regional com a idéia de que os países reagissem frente a essa proposta. Até hoje não tivemos ainda nenhuma resposta.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Nenhuma reação.

SECRETARIA (Pedro Reyes). Exato.

Entendemos que há interesse, que há apoio de uma série de países, mas que não se efetivou ainda, digamos, em uma comunicação de tipo oficial. Portanto, pensamos que uma reunião de trabalho deste tipo poderia de alguma forma esclarecer o tema e ver se existem ou não condições para projetar um acordo deste tipo.

PRESIDENTE. Talvez na última semana, na semana de 17, pode ser convocado esse grupo.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Com relação ao projeto de acordo de alcance regional sobre sementes sugeriria que as Representações façamos indagações nas capitais como vai e com esse resultado definiríamos a data de reunião do grupo de trabalho.

PRESIDENTE. Corremos o risco de não ter nunca essa reunião do grupo de trabalho.

Acredito que seria bom, de qualquer forma, para uniformizar a informação de todas as Representações, que façamos uma reunião para uniformizar e, justamente, a partir dessa reunião, sim haveria elementos para que as Representações voltassem a consultar seus países, seus Governos.

Representação da VENEZUELA (Gerardo Arellano). Inclina-mo-nos por sua sugestão, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Bem, não havendo outros comentários, faríamos uma reunião na semana de 17 e a partir daí as Representações consultarão.

//

//

Muito bem, algum outro tema neste ponto?

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, voltando a um tema, que é o convênio ALADI-Comunidade Econômica Européia, eu desejaria manifestar que devemos dar muita importância à próxima reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, em Roma, com a Comunidade Econômica Européia.

Segundo expressado por Vossa Excelência no sentido de que deveria ser a base de um documento ou um papel branco que nos dê a Secretaria-Geral, principalmente o concernente aos trâmites da subscrição de um acordo de cooperação em diferentes áreas, etc., creio que vale a pena que motivemos em nossas capitais o interesse de nossas Chancelarias para que seja um tema importante e que não sejam deixadas à margem.

Em um momento, inclusive em algum intercâmbio de idéias, via-se a necessidade de que talvez o próprio Senhor Secretário-Geral deveria estar presente porque se pensava que era a ALADI com a Comunidade Econômica Européia e estar presente em Roma para, digamos, impulsar diretamente este convênio.

Entretanto, também creio que é muito importante que em breve tenhamos definido o texto final que será proposto à Comunidade Econômica Européia na subscrição deste convênio.

PRESIDENTE. Muito bem, alguma outra observação? Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a sessão deste Comitê de Representantes.

Assim se procede.